



A Missão de Acompanhamento Eleitoral da União Europeia encoraja as autoridades timorenses a acelerarem a reforma eleitoral a fim de melhorar a transparência, a inclusão e a igualdade de condições para todos os candidatos antes das próximas eleições previstas para 2027 e 2028.

Díli, 11 de Junho de 2025 – A União Europeia enviou uma Missão de Acompanhamento Eleitoral (MAE UE) à República Democrática de Timor-Leste, de 26 de Maio a 21 de Junho de 2025, para avaliar os progressos realizados no processo de reforma eleitoral e o estado de implementação das recomendações oferecidas pela Missão de Observação Eleitoral da UE 2022 (MOE UE) e pela Missão de Peritos Eleitorais 2023 (MPE UE). Esta MAE UE é liderada pelo Sr. Domènec Ruiz Devesa, Observador Chefe da MOE UE 2022 e ex-membro do Parlamento Europeu.

A MAE UE aprecia as excelentes relações institucionais com Timor-Leste, e o ambiente amigável em que decorreram as reuniões realizadas com um grande número de interlocutores ligados ao processo eleitoral, incluindo a Presidente do Parlamento Nacional, a Comissão Nacional de Eleições, o Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral e instituições estatais relevantes, partidos políticos, sociedade civil, representantes dos meios de comunicação social e parceiros de desenvolvimento. A 11 de Junho, a missão organizou uma mesa redonda com as partes interessadas no processo eleitoral, onde os participantes tiveram a oportunidade de falar sobre os progressos alcançados até ao momento na implementação das recomendações da MOE UE 2022 e da MPE UE 2023, bem como o estado actual da reforma eleitoral.

Numa conferência de imprensa realizada hoje, Domènec Ruiz Devesa afirmou: *“O actual processo de descentralização é um passo bem-vindo no aprofundamento da democratização de Timor-Leste, enquanto a actualização biométrica do registo eleitoral, que passa a incluir informação sobre pessoas com deficiência, é uma medida positiva. No entanto, constatámos a falta de progressos tangíveis na implementação das recomendações apresentadas pela MOE UE em 2022 e pela MPE UE 2023. A maioria dos interlocutores concordou com a urgência de se iniciar o trabalho de revisão do quadro legal eleitoral.”*

A MOE 2022 e a MPE 2023 apresentaram, respetivamente, 16 e 13 recomendações, incluindo cinco recomendações prioritárias para potenciais melhorias na forma como as eleições são regulamentadas e conduzidas em Timor-Leste.

Domènec Ruiz Devesa salientou que: *“Dois anos antes das eleições presidenciais de 2027 e três anos antes das eleições legislativas de 2028, a janela de oportunidade para reformas jurídicas abrangentes e eficazes torna-se mais estreita. Encorajo o governo e todas as partes interessadas a acelerarem este trabalho.”*

O observador-chefe salientou que *“as recomendações sobre a consulta sistemática da Comissão Nacional de Eleições na preparação do quadro regulamentar eleitoral, o reforço da capacidade de supervisão da campanha, e a revisão das regras de financiamento da campanha são fundamentais para aumentar a transparência e garantir condições equitativas para todos os candidatos antes das próximas eleições.”*

O chefe de missão também sublinhou a importância da transparência no processo de reforma eleitoral, bem como a inclusão e a cooperação dos actores eleitorais, incluindo as organizações da sociedade civil.

Concluindo a conferência de imprensa, Domènec Ruiz Devesa reafirmou que a União Europeia continuará a apoiar as reformas eleitorais em Timor-Leste.

O relatório final da Missão de Acompanhamento Eleitoral será publicado nos próximos meses. O arquivo completo dos relatórios de observação eleitoral e das recomendações da União Europeia pode ser consultado em <http://database.eueom.eu>.